



Universidade Federal da Paraíba
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
Campus IV – Litoral Norte - Mamanguape
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: TCC2

Orientando: Venceslau Moura Silva; venlalau1991@hotmail.com
Orientador: Prof. Ms. Luiz Gustavo de Sena Brandão Pessoa – UFPB
Membro: Prof. Ms. Luiz Marcelo do Amaral Cabral – UFPB
Membro: Prof^a. Dra. Márcia Maria de Medeiros Travassos Saeger – UFPB

GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: uma análise das rotinas administrativas do Município de Araçagi.

RESUMO

A importância de uma administração pública transparente e eficiente é condição para que se possam ter mecanismos que o gestor venha tomar a melhor decisão levando em consideração a prioridade e o interesse da população. Assim o controle interno é decisivo na busca da melhoria dos processos decisórios, dos erros e das fraudes, auxiliando na execução orçamentaria, minimizando riscos e fazendo com que a administração pública alcance suas metas. Este trabalho abordou a temática do controle interno nas rotinas do município de Araçagi, buscando demonstrar a realidade diária vivenciada pelos responsáveis da controladoria municipal. Assim, o objetivo desse trabalho foi analisar a aplicação do controle interno nas rotinas administrativas da gestão do município, através de uma entrevista com perguntas direcionada ao Controle Interno, sobre rotinas administrativas da entidade. Dessa forma, tratou-se de uma análise do processo de gestão no município de Araçagi – PB. Os resultados levantados na entrevista aplicada ao Controlador do Município mostraram como a prefeitura está conservando os Ativos Patrimoniais referentes aos veículos, prédios, máquinas e equipamentos, observa-se que estão adotando rotinas de manutenções preventivas para que tenha uma considerável longevidade dos mesmos, descreveu o processo das rotinas de administração diárias e demonstrando como é feita a inserção das rotinas em tempo real no portal da transparência, assim o município vem atendendo em suas rotinas, aspectos relacionados ao controle interno municipal.

PALAVRAS-CHAVE: Rotinas Administrativas. Controle Interno. Administração Pública.

1 INTRODUÇÃO

Administração Pública é utilizada pelo Estado para execução de serviços e garantir o atendimento da coletividade, devendo se submeter a uma conjuntura jurídica e administrativa que vai analisar a legitimidade dos atos estatais, regular a conduta funcional dos agentes públicos, garantindo assim o direito de defesa dos administrados.



Com a intenção de tornar mais eficiente o uso dos recursos tutelados pela administração pública, foi criada a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em seu artigo 1º dizendo:

Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição. § 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

. Assim, tal prática de gestão das finanças públicas ocorre com uma ação planejada e transparente focada no desempenho, na responsabilidade e deveres de prestações de contas, fortalecendo o planejamento e o controle como principal ferramenta de gestão.

Nesse contexto, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público têm como um dos principais temas a transparência dos gastos públicos e a maior facilidade do acesso à informação por parte da sociedade. Com o processo de padronização da contabilidade pública em todo mundo, o Brasil passou a adotar padrões e normas internacionais aplicadas ao setor público também no seu sistema de informação. Assim, o Conselho Federal de Contabilidade vem editando e atualizando essas normas, à luz do que vem se aprimorando no mundo, sempre que for necessário.

Com o processo de convergência das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – IPSAS, o Brasil, através da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, passou a discutir sobre a implantação e atualização das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP. Nesse processo, as normas que tratam sobre o controle interno passaram por uma atualização, que culminou na edição da NBC TSP 11 que revogou a NBC T 16.8. Essa norma buscou dar maior suporte aos usuários da informação gerada pela administração pública, observando todos os processos internos da gestão, minimizando os riscos e aumentando a efetividade e tempestividade dos registros contábeis, fazendo com que se tenha uma melhor transparência, portanto dando uma maior visão de como se está conduzindo o orçamento público.

Este trabalho buscou estudar aspectos relacionados ao controle interno da Administração Pública no município de Araçagi – PB, e tem por objetivo analisar a aplicação do controle interno nas rotinas administrativas da gestão municipal. Assim, a questão de pesquisa que gerou a seguinte problemática: como o município de Araçagi aplica o controle



interno em suas rotinas administrativas? Para responder essa questão, foram elencados alguns objetivos específicos, tais como: identificar a existência do controle interno na prefeitura municipal de Araçagi, evidenciar possíveis limitações do controle na gestão municipal, e, demonstrar a forma de inserção de informações em tempo real no portal de transparência.

A relevância deste estudo se dá em função da necessidade de se discutir a temática do controle interno na gestão municipal. Essa temática trata da observância dos procedimentos tomados pelo sistema de controle na administração pública. Este estudo também se justifica pela relevância na área de conhecimento sobre o controle interno na gestão pública, onde a literatura que aborda o assunto se volta para discussões no setor privado, o que afirma o baixo nível de recursos materiais de publicações alusivas ao tema. Ainda se justifica abordagem do assunto de pesquisa acadêmica numa resultante de aprofundamento do conhecimento teórico sobre o tema abordado, deslumbrando assim a oportunidade de aprender-se sobre o assunto voltado a contabilidade pública.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Administração Pública Municipal

As entidades que compõe a administração pública brasileira são obrigadas pela constituição a prestar contas dos usos de seus recursos o que constitui bastante relevância e importância social e gerencial e vem recebendo bastante destaque em leis como a Lei de Responsabilidade Fiscal que se fundamenta em princípios como o planejamento, a transparência e a participação popular (PLATT NETO et al 2007).

Com relação aos deveres que os gestores públicos têm para com todos os cidadãos vão muito além do que a população geralmente sabe, pois a cada instância de poder tem responsabilidades para com os cidadãos, o artigo 70 da CF/88 determina que:

Prestará conta qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde ou administre bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumo obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº19, 1998).

Com relação aos argumentos citados na legislação, mostra-se que de acordo com o disposto da Portaria STN nº184/08, editada pelo Ministério da Fazenda, que vem tratar das diretrizes do setor público trazendo todos os procedimentos e práticas para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, deixando a informação entendível e de fácil manejo



para sua convenção com as normas internacionais de Contabilidade ao Setor Público, como mediador de todos os passos entra o papel do profissional de contabilidade com estudo, interpretação, identificação, mensuração, avaliação, registro, controle evidenciação dos fenômenos da contabilidade, decorrentes de suas variações.

A transparência e o controle do orçamento público conduzem o gestor a aplicar os recursos de forma mais eficiente, evitando fraudes ou desvios, e trazendo a população informações de como os recursos públicos estão sendo empregada para satisfazer as necessidades dos cidadãos, a CF no seu artigo 37 diz: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Klering (2011), supõe-se que sob uma perspectiva jurídica, o município é uma entidade com personalidade jurídica de direito público interno, que é dividida em apenas dos poderes o executivo e o legislativo onde os mesmos trabalham de forma harmoniosa e tem sede na câmara municipal e na prefeitura respectivamente. Nota-se, que não existem governo e câmara separados, a câmara coopera com o poder executivo e ambos operam o governo, o poder executivo municipal desenha as suas funções por meio de aparelho constituído por órgãos como as secretarias. O papel da administração pública municipal, portanto é dar funcionamento aos serviços básicos enfrentando os desafios que estão por vir.

Nos últimos anos o país tem passado por muitos escândalos de corrupção em diversas esferas do governo federal, municipal e estadual, é recorrente em noticiários casos de desvios de dinheiro, caixa dois entre outros. Muitos brasileiros não conhecem nem se dão conta que todos têm o papel de fiscalizar os recursos públicos, a fim de denunciar possíveis fraudes na administração pública.

Segundo a CGU em sua cartilha (2012) que aborda o determinado assunto fala que controle social é:

O controle social, entendido como a participação do cidadão na gestão pública, é um mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania. No Brasil, a preocupação em se estabelecer um controle social forte e atuante torna-se ainda maior, em razão da sua extensão territorial e do grande número de municípios que possui. Assim, o controle social revela-se como complemento indispensável ao controle institucional, exercido pelos órgãos fiscalizadores. Para que os cidadãos possam desempenhá-lo de maneira eficaz, é necessário que sejam mobilizados e recebam orientações sobre como podem ser fiscais dos gastos públicos. (CGU, 2012, p. 9)



Portanto, o cidadão deve se conscientizar e buscar e cobrar seus direitos. Nas cidades existem diversos conselhos que exercem o controle social, fiscalizando recursos oriundos da saúde, agricultura, educação entre outros.

O Controle social atuante pode representar o elemento essencial para assegurar que o governo atinja os seus objetivos dentro do desenvolvimento orçamentário, aumentando assim a sua eficiência, por isso é fundamental uma análise criteriosa, considerando aspectos da administração e principalmente político e social que estão envolvidos, assim há de se levar em conta as dificuldades da sociedade e a existência de distorções como a corrupção e as práticas neopatrimoniais no Estado Brasileiro (SILVA, 2002).

A lei orgânica do município de Araçagi trata de forma clara sobre o acesso a informação de qualquer cidadão do município nas disposições gerais da administração pública no seu artigo 50 inciso V:

A administração é obrigada a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de trinta dias, certidão de atos, contratos, decisões ou pareceres que não tenham sido previamente declarados sigilosos, sob pena de responsabilidade de autoridade ou servidor que negar ou retardar sua expedição. No mesmo prazo deverá atender às requisições judiciais, se outro prazo não for determinado pela autoridade judiciária.

Com isso cabe a todo cidadão está sempre informado e se possível cobrar informações a respeito de todo ato praticado pela administração pública Municipal. A administração de uma entidade seja ela pública ou privada, é exercida por meio de ações planejadas, e a função do controle é bastante importante, para acompanhar a execução de programas e acompanhar suas falhas e desvios, zelando pela boa aplicação dos recursos públicos seguindo as normas e constatando a veracidade dos fatos, segundo (COELHO, 2011) “O controle interno abrange todos os atos da Administração envolvendo receitas e despesas e, ainda, visa fiscalizar os atos de cada agente da Administração responsável por valores e bens públicos”. Ainda Segundo LENSER 2012:

Neste sentido, o controle interno surge como uma ferramenta de suma importância para proteger os bens de prejuízos decorrentes de fraudes ou erros involuntários; validando e garantindo a integridade dos dados contábeis, além de promover a eficiência operacional da empresa dentro das normas estabelecidas; agrupando aspectos, tais como práticas de emprego, treinamento, controle de qualidade, planejamento de produção, política de vendas e auditoria interna (LENSER 2012, p.14).

Por isso, deve-se observar e dar crédito à importância de se ter o controle interno dentro de uma estrutura que possibilite ao gestor público, uma maior firmeza para tomada de decisão, possibilitando um maior controle dos recursos públicos.



Segundo José Filho (2008, p. 91) pode ser defenido como:

O conjunto de normas, rotinas e procedimentos, adotados pelas próprias Unidades Administrativas tais como Manual de rotinas, segregação de funções, determinação de atribuições e responsabilidades, rodizio de funcionários, limitação de acesso aos ativos, limitação ao acesso aos sistemas de computador e treinamento de pessoal, com vistas a impedir os erros, a fraude e a ineficiência.

Neste contexto, entende-se que o controle interno representa um aparato de normas indispensáveis para uma boa execução das atividades e superar todos os entraves da gestão pública, auxiliando para o crescimento da qualidade do serviço público.

Para Alexandrino; Paulo (2012, p. 813) entende controle interno por:

Aquele exercido dentro de um mesmo poder, seja o exercido no âmbito hierárquico, seja o exercido por meio de órgãos especializados, sem relação hierárquica com órgão controlador, ou ainda o controle que a administração direta exerce sobre a administração indireta de um mesmo poder.

Nessa perspectiva, percebe-se que existem diversas formas para efetivar o controle interno, tanto na esfera hierárquica, por órgãos especializados inserido no mesmo âmbito de autoridade, quanto por meio da administração direta sobre a indireta engajada no mesmo nível poder.

Guerra (2005, p. 273) argumenta que o sistema de controle interno tem que ser executado no próprio órgão que será controlado, por meio de interligação de setores, com objetivo da operação eficiente do mesmo e a correta operacionalidade da entidade pública. Dessa maneira, o sistema de controle interno possui muitos subsistemas com setores descentrados interagindo harmoniosamente, multidisciplinarmente, integralmente e baseado em uma normativa comum que lhes possam dar respaldos jurídicos.

Destaca-se além dos artigos citados anteriormente neste trabalho à Constituição Federal da Republica do Brasil de 1988, nos traz outros artigos para sanar a necessidade da implantação de um sistema de controle interno para facilitar sua fiscalização pelos órgãos que compõe o controle externo assegurando o cumprimento das metas estabelecidas, da transparência e entre outras necessidades da administração pública, assim os artigos são:

Art.31. A fiscalização do município será exercida pelo poder Legislativo municipal mediante controle externo, pelos sistemas do controle interno do poder do Executivo Municipal, na forma da lei.

Art.74. Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle externo com a finalidade de: I Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução, dos programas de governo e dos orçamentos da União; II Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e



entidades da Administração Federal, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; III Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como direito e haveres da União; IV Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Observa-se no que exposto acima a importância do sistema de controle para a efetividade da administração pública.

A lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 vem firma o que está na constituição federal de 1988, nos artigos 163 e 169 com o principal intuito de sanar algumas questões de caráter na arrecadação de Receitas e na realização de Despesas Públicas. O artigo 1º desta Lei determina que:

Está Lei complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na Gestão Fiscal, com amparo no capítulo II do título VI da constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão Fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas e resultados em receitas, despesas e a obediência ao limite e condições no que tange a renúncia de receitas, geração de despesas com pessoal de seguridade social e outros, dívidas consolidadas e mobiliárias, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrições em restos a pagar.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é caracterizado com caráter qualitativo, segundo Godoy (1995) “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental”.

A pesquisa foi caracterizada como uma análise realizada no âmbito da Prefeitura Municipal de Araçagi PB, no setor de contabilidade, onde o Controle Interno exerce a maior parte de suas atividades. Buscou-se verificar as abordagens dos diversos procedimentos aplicados na execução do controle interno, com o intuito de observar como o sistema de controle vem sendo desenvolvido na mesma.

Buscou-se também, a instrumentalização da fundamentação teórica por intermédio de uma investigação bibliográfica com a finalidade de apresentar o maior número de fonte de informações pertinente ao tema abordado. Isso resultou numa análise organizada das informações colhidas em obras doutrinadas e em legislações específicas ao tema abordado, também investigando constantemente artigos publicados e teses que dissertam sobre controle interno.



Ainda para a realização da pesquisa, utilizou-se da ferramenta de formulário com perguntas voltadas para a temática. Diante disso, fez-se necessário o uso de entrevista temática com o Controle Interno do Município de Araçagi no ano de 2018, procurando de forma oral o aprofundamento na coleta de informações sobre estrutura do órgão público.

Neste contexto, em referência à entrevista temática, é estruturada no pensamento de Alberti (2005, p. 29) em sua afirmação “fazer história oral não é simplesmente sair com um gravador em punho, algumas perguntas na cabeça, e entrevistar aqueles que cruzam nosso caminho dispostos a falar um pouco de suas vidas”. Concordando com abordagem, analisa-se que o pesquisador deve ter conhecimento do peso que este meio possa conduzir para a investigação que pretende produzir.

Ainda vale salientar, a necessidade de se tomar todo cuidado ao detalhamento e a forma de planejar os tipos de entrevistas e quantidade de declarantes. Em relação às quantidades dos entrevistados, destaca-se que “não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência” (ALBERTI, 2005, p. 31). Nesse contexto, “convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos”.

4 RESULTADOS E DISCURSSÃO

A análise deste estudo configura-se como um elemento de suma importância, onde permite constatar se os objetivos inicialmente elaborados foram alcançados. Ainda neste trabalho foi possível fazer uma relação entre as teorias abordadas com a realidade extraída através de uma entrevista realizada com o responsável pelo controle interno no município de Araçagi.

O entrevistado possui formação técnica em contabilidade e curso superior de Licenciatura em Geografia. Tem registro no Conselho Regional de Contabilidade, atuou há mais de vinte anos na área pública, nos cargos de auxiliar contábil e controle interno. O município de Araçagi tem apenas um funcionário que exerce o cargo de controle interno, seu local de trabalho está nas imediações do Setor Administrativo e Financeiro, lugar estratégico para que as ações desses setores tenham uma supervisão.



O funcionamento das rotinas administrativas passa diretamente pelo controlador, que reporta tudo ao Prefeito Municipal. Possui um sistema descentralizado de fornecimento de informação com núcleos de controles em cada setor do órgão, podendo assim facilitar a coleta de dados com rapidez e veracidade, potencializando a eficiência e eficácia na análise prévia da tomada de decisão. São realizados periodicamente rotinas de treinamentos, onde os envolvidos no controle interno e um funcionário de cada setor fazem cursos de aperfeiçoamento promovidos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), Controladoria Geral da União (CGU), entre outros órgãos fiscalizadores, mostrando a forma correta de gestão pública. As atribuições do controle interno no município e nos setores são:

- na tesouraria: verificação de pagamento, receitas, conferência de extratos bancários, entre outros;
- no recursos humanos: inspeção de nomeações, gratificações, ato de aposentadoria, entre outros;
- na contabilidade: análise de balancetes, empenhos, conciliação da contas, entre outros;
- na comissão de licitação: vistoria nos processos licitatórios, revisão de contratos. Requisitando regularmente a documentação dos processos executados e se os mesmos estão respeitando rigorosamente as orientações órgãos fiscalizadores.

Após a obtenção e análise pelo controlador, essas informações são encaminhadas ao gestor do município (prefeito), para facilitar as tomadas de decisões acerca de políticas públicas voltadas para melhoria da população. A área contábil preocupa-se com informações fidedignas que contribuem para eficiência e eficácia operacional da entidade e são construídas com a supervisão do Tribunal de Contas do Estado - TCE. Todos os setores trabalham buscando adequar-se as legislações pertinentes para gestão pública, onde os mesmos interagindo para que o mecanismo funcional da entidade tenha o maior desempenho na diminuição dos riscos de ineficiência e antieconômicas.

Para facilitar essa interligação é o usado o Software da R. EUMAR em todos os níveis operacionais da Entidade. Para que o controle interno possa prevenir ou detectar riscos inerentes ou potenciais a tempestividade, a fidedignidade e a precisão contábil são feito o reconhecimento das despesas diárias, assim controlando as aquisições de produtos e serviços, verificando as informações das notas fiscais batem realmente com o solicitado e com o que



chegou para entidade, analisando toda documentação exigida para o processo empenho e liquidação.

A gestão municipal não apresentou qualquer notificação, sanção ou multas aplicadas pelos órgãos externos de controle, o que demonstra que os procedimentos de controle interno adotados pela gestão são necessários para que as rotinas sejam realizadas com zelo e aprimoramento da melhoria da gestão pública.

Sobre a conservação dos Ativos Patrimoniais referente aos veículos, prédios, máquinas e equipamentos do município de Araçagi, observa-se que estão adotando rotinas de manutenções preventivas para que tenha uma considerável longevidade dos mesmos.

O processo de rotinas operacionais depende indispensavelmente da troca e atualização de informações de cada setor perante como descrito pelo (entrevistado):

O setor de compras recebe os ofícios das secretárias ou departamentos informando suas necessidades assim o setor ver a disponibilidade dos produtos no almoxarifado ou efetua compra após avaliar se o produto está licitado, chegando à nota fiscal é enviado direto para o setor de contabilidade para ser empenhada, e passando o empenho para a tesouraria onde será efetuado o pagamento após o recebimento do produto, este processo é o mesmo para a prestação de serviço.

Nesse trecho, foi relatado o funcionamento diário da Prefeitura Municipal de Araçagi para aquisição de materiais ou serviços.

. Ainda sobre o processo operacional, vale salientar a importância da licitação explanada pelo (entrevistado):

Sendo esse o setor responsável por organizar e executar o processo licitatório, analisar as documentações das empresas que serão futuras fornecedoras da entidade pública, e enviando aos setores de compra, de contabilidade e de tesouraria todas as informações dos processos licitatórios e a informações necessárias de cada fornecedor.

Todo esse processo tem sua elaboração e execução pela Comissão de Licitação sendo como o representante maior o pregoeiro da entidade.

O portal transparência Prefeitura da Municipal de Araçagi está sendo alimentado com as informações das suas receitas com as previsão e arrecadação, inclusive a recursos extraordinários, na parte das despesas o valor do empenho, seu pagamento, sua classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte de recurso que financiaram o gasto, pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, também na informação da despesa existente a indicação do processo licitatório, o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso, atendendo o que está disposto no decreto 7185-10 em seu Art.7º:



Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira: I - quanto à despesa: a) o valor do empenho, liquidação e pagamento; b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso; c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto; d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários; e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; ef) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso; II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a: a) previsão; b) lançamento, quando for o caso; ec) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

Ainda sobre a transparência da gestão foi apurado e assim como descrito pelo (entrevistado):

Após serem realizados todos os registros contábeis diários e conferidos com os extratos bancários é gerado um arquivo que depois é enviado para o Sages online e o outro passo é a publicação no Portal Transparência da Prefeitura, onde o próprio programa faz essa exportação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que as mudanças implantadas pelas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público trouxeram melhorias significativas, implicando em registros contábeis fidedignos, transparentes e eficazes quanto aos procedimentos dos atos e fatos produzidos pela gestão pública, com a consequente prestação de contas à sociedade. Vê-se então um novo patamar para a contabilidade pública brasileira, que está avançando no processo de convergência das normas internacionais.

Portanto, o presente trabalho teve como objetivo analisar a aplicação do controle interno nas rotinas administrativas da gestão municipal, na Prefeitura Municipal de Araçagi. O objetivo geral foi alcançado por meio de uma entrevista temática, buscando analisar a estrutura administrativa da entidade pública através de um questionário aplicado ao controlador. Para tanto, foi preciso criar objetivos específicos para em seguida poder atingir o objetivo geral desta pesquisa.

No primeiro objetivo específico foi identificar a existência do controle interno na prefeitura municipal de Araçagi, para um melhor entendimento dos resultados obtido como o propósito de alcançar esse objetivo fez-se necessário destrinchar o perfil do controlador e suas atribuições no órgão público. Evidenciou-se que o mesmo possui mais de vinte anos de



experiência na área da contabilidade pública e tem todo aparato necessário em termos de corpo de funcionários capacitados quanto em ferramentas (software) para execução de suas tarefas diárias. Diante dessas informações sobre o perfil do Controlador, pode-se afirmar que o mesmo possui toda a capacidade necessária para o cargo e suas atividades atribuições.

No segundo objetivo específico evidenciou-se possíveis limitações do controle na gestão municipal. Quanto a esse contexto foi constatado que o controlador não possui restrição nenhum dos setores administrativos da prefeitura, podendo coletar de dados para gerar informações, tomar medidas econômicas e averiguar da execução do sistema do controle interno para gerar informações de qualidade, tempestiva, confiável, compreensível, comparável em nível informacional para a tomada de decisão do gestor (Prefeito), ou para os usuários dessa informação.

No terceiro objetivo específico, demonstrou-se a forma de inserção de informações em tempo real no portal de transparência. Neste contexto, perante os dados colhidos detalham como o órgão público informa ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e publica no seu portal transparências alimentando-os com todas as informações em tempo hábil respeitando os princípios principalmente o da tempestividade.

Com base nas respostas obtidas nesta pesquisa fica evidente que o Município de Araçagi está de acordo com as diretrizes de controle interno, e utilizando usando as informações coletadas para que possam melhorar suas políticas públicas ou atos de gestão. Onde o novo cenário mundial das convergências das Normas Internacionais de Contabilidade possui muitos paradigmas a serem com essas novas práticas contábeis, onde esse novo modelo descarta a centralização da execução orçamentária e deve-se ter um sistema operacional totalmente interligado e com trocas de informações para se alcançar a eficiência e eficácia na administração pública.

Espera-se que esse trabalho tenha produzido informações necessárias para a sociedade e demais usuários da informação contábil. Recomenda-se a aplicação dessa metodologia de estudo de caso em outros municípios com características semelhantes, para verificação de similaridades no processo de controle interno.

REFERÊNCIAS



CAMARA DOS DEPUTADOS. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2012.

SENADO FEDERAL. **Lei Complementar Nº 101**. Brasília, 2000.

COELHO, Bruna Fernandes. **Controle Interno Municipal**. Recife, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma Brasileira de Contabilidade: **Contabilidade aplicada ao setor público**. Brasília, 2012. 51 p.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TSP 11: **Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília, 2018.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Controle Social, Orientações aos cidadãos para participação na gestão pública Municipal**. Brasília, 2012.

FILHO, A. J. **A importância do controle interno na administração pública**, n.1, p. 85-99, jan/jun. 2008.

FILHO, J. A. O. **Controle interno e externo da gestão pública**. 2010. 94f. Pós-Graduação a Distância WPOS, Brasília, 2010.

KLERING, Luiz Roque; BERGUE, Sandro Trescastro; SCHOEDER, Christiane da Silva; et al. **Competências, papéis e funções dos poderes municipais no contexto da administração pública contemporânea**. Análise a Revista Acadêmica da Face, Porto Alegre, v.22, n.1, p. 31-43, Janeiro/Junho de 2011.

LENSER, Francielle de Moraes. **Controle Interno na Administração Pública**. Monografia de Especialização. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

NETO PLATT, Orion Augusto; CRUZ Flávio; ENSSLIN, Sandra Rolim; et al. **Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira**. Contab. Vista & Rev., v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./ mar. 2007.

SOARES, L. L. **Característica do sistema de controle interno municipal: um estudo na prefeitura municipal de Ouro Preto, Belo Horizonte**, 26 jul. 2012.

VELOSO, J.F.A.; MONOSTINO, L. M.; VIEIRA, R. S.; MIRANDA, R. B. **Gestão pública: uma amostra da realidade dos municípios Capixabas**, Brasília, 27 mai. 2011.

GODOY, L. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**, 1995. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>> acesso em: 14 mai. 2017.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GUERRA, Evandro Martins. **Os controles externos e internos da administração pública**. 2.ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: Fórum, 2005.



APÊNDICE

1- Quantas pessoas compõem o quadro de controle Interno?

- apenas 1.
- de 2 a 3.
- de 4 ou mais.

2- O Controle Interno, quanto a sua estrutura física? (a questão admite mais de uma resposta)

- possui sala própria.
- divide o ambiente com outro órgãos/secretaria
- possui equipamentos adequados (mesas, cadeiras, computadores, software)
- possui estrutura e equipamentos inadequados ou precários

3- Argumente um pouco sobre sua bibliografia sua formação e história (Controle Interno).

R. Tenho formação técnica em contabilidade e curso superior de Licenciatura em Geografia. Posso registro no Conselho Regional de Contabilidade. Atuo há mais de vinte anos na área pública, nos cargos de auxiliar contábil e controle interno.

4-O Controle interno, o controle interno sob o enfoque contábil compreende o conjunto de recursos, métodos, procedimentos e processos adotados pela entidade do setor público. Neste contexto como a Prefeitura Municipal de Araçagi faz para salvaguardar os ativos patrimoniais da Entidade por meio de manutenções preventivas?

- SIM
- NÃO

5-A estrutura de controle interno compreende ambiente de controle; mapeamento e avaliação de riscos; procedimentos de controle; informação e comunicação; e monitoramento. Nesta perspectiva, descreva todo o processo administrativo para aquisição de materiais ou serviços e relate a importância da licitação na Prefeitura de Araçagi?

R. O setor de compras recebe os ofícios das secretárias ou departamentos informando suas necessidades assim o setor ver a disponibilidade dos produtos no almoxarifado ou efetua compra após avaliar se o produto está licitado, chegando à nota fiscal é enviado direto para o setor de contabilidade para ser empenhada, e passando o empenho para a tesouraria onde será efetuado o pagamento após o recebimento do produto, este processo é o mesmo para a prestação de serviço. Sendo esse o setor responsável por organizar e executar o processo licitatório, analisar as documentações das empresas que serão futuras fornecedoras da entidade pública, e enviando aos setores de compra, de contabilidade e de tesouraria todas as informações dos processos licitatórios e a informações necessárias de cada fornecedor.

6-Como o município de Araçagi faz a inserção das rotinas em tempo real no Sagres online e no portal da transparência do mesmo?

R. Após serem realizados todos os registros contábeis diários e conferidos com os extratos bancários é gerado um arquivo que depois é enviado para o Sagres online e o outro passo é a publicação no Portal Transparência da Prefeitura, onde o próprio programa faz essa exportação.



7- O sistema de informação e comunicação da entidade do setor público deve identificar, armazenar e comunicar toda informação relevante, na forma e no período determinados, a fim de permitir a realização dos procedimentos estabelecidos e outras responsabilidades, orientar a tomada de decisão, permitir o monitoramento de ações e contribuir para a realização de todos os objetivos de controle interno. O atual sistema da prefeitura municipal de Araçagi está realmente ajudando nas tomadas de decisões do gestor?

- Totalmente
- Parcialmente
- Não.

8- Quais áreas de atuação do Controle Interno na Prefeitura Municipal? (a questão admite mais de uma resposta)

- tesouraria/ financeiro (verificação dos pagamentos, receitas, entre outros)
- recursos humanos (verificações de nomeações, gratificações, ato de aposentadoria, entre outros)
- contabilidade (verificação de balancetes, empenhos, entre outros)
- licitações e contratos (análise e/ou parecer em processos licitatórios, análise de contratos, entre outros)
- almoxarifado
- nenhuma das alternativas